



UDT

UNIÃO DEMOCRÁTICA TIMORENSE

COMISSÃO POLÍTICA NACIONAL

A Direcção de Informação da
Televisão Independente (TVI)

[Handwritten signature]

Sobre a reportagem divulgada no Jornal das 19h30 de 10/4/93 da TVI e face à gravidade da situação resultante da manobra de diversão protagonizada por três dos maiores responsáveis timorenses pela tragédia de Timor - JOÃO CARRASCALÃO, MARI ALKATIRI e RAMOS HORTA - ao assinarem um pretenso "acordo" com um atraso criminoso de mais de 17 (dezassete anos)!!! depois do genocídio timorense, a Comissão Política Nacional da UDT, por imperativo político e moral, vem alertar a TVI para o seguinte:

1. São sobejamente conhecidas as ligações de João Carrascalão com os Serviços Secretos Indonésios, o seu apoio à integração de Timor na Indonésia e o seu contencioso com o Estado Português tendo-se auto-proclamado "Comandante-em-Chefe" do chamado "golpe" da UDT que propiciou à Fretilin a captura do poder (Vide RELATORIOS DA DESCOLONIZAÇÃO DE TIMOR: I e II volumes e o último livro de Lemos Pires, entre outros)
2. Ramos Horta - cunhado de João Carrascalão - além das suas ligações nebulosas com o regime anterior, foi o defensor em 1974/75 da tese da defesa da integração de Timor na Indonésia pela via da independência (Vide Entrevista de Ramos Horta ao primeiro número de "ARÁUTO DA SUNDA", jornal oficial da APODETI, partido que defendia a integração de Timor na Indonésia).
3. Em 16 de Maio de 1992 (pouco tempo antes, em 4/5/92, tinha assinado um documento de cooperação política entre a Fretilin, a UDT e o Representante especial do CNRM) Ramos Horta apresenta uma proposta de solução para Timor em que preconiza a autonomia de Timor sob a soberania da Indonésia!
4. Mari Alkatiri é um dos mais radicais da Fretilin (sendo, simultaneamente, muçulmano e marxista-Leninista-maoísta!) que se opôs ao entendimento entre a UDT e Fretilin em 1975 e nos anos subsequentes, no exterior. Durante a guerra civil, em 1975, entre a UDT e a Fretilin fomentada pelos militares do MFA em Timor, face à possibilidade de um cessar-fogo, o mesmo Mari Alkatiri afirmou que a UDT devia ser aniquilada e que, se morressem 200.000 (duzentos mil) timorenses (!!!) restariam outros 400.000 (quatrocentos mil)!
5. Estranhamente, Mari Alkatiri, sendo na altura COMISSÁRIO POLÍTICO NACIONAL DA FRETILIN, saiu de Timor pouco antes da invasão de Timor pela Indonésia. Teria alguma missão especial a desempenhar? Qual? Em nome de quem?
6. Mais estranho ainda: enquanto familiares de dirigentes da Fretilin eram presos, torturados, violados ou fuzilados pelos indonésios, os familiares de Mari Alkatiri - COMISSÁRIO POLÍTICO NACIONAL DA FRETILIN - nunca foram importunados e constituem uma das poucas famílias mais ricas de Timor após a invasão indonésia!
7. É do conhecimento público que o entendimento entre a UDT e

Sede Prov. Rua Fernão Mendes Pinto, 29-A, Pedrouços, 1400 LISBOA, PORTUGAL

Tel. 952 2385



UDT

UNIÃO DEMOCRÁTICA TIMORENSE

COMISSÃO POLÍTICA NACIONAL

Alf. Alves

2

a Fretilin corporizado na CONVERGÊNCIA NACIONALISTA TIMORENSE foi concretizado em 1986 a pedido da Resistência Nacional Timorense na pessoa do então Comandante Xanana Gusmão.

8. Muito estranho é o facto de os três personagens serem os protagonistas da tentativa de inviabilização da mesma CONVERGÊNCIA.

9. Em 1989, alegando "incompatibilidades" com o seu Chefe (Dr. Abílio Araújo), Ramos Horta demite-se da Direcção da Fretilin e, face a manobras bem urdidas, consegue ser "nomeado" porta-voz de Xanana Gusmão. É também a partir desta data que a rede clandestina, sobrecarregada com imensos pedidos de informação a partir do exterior, começa a ser infiltrada por agentes secretos indonésios, culminando com a captura do Comandante da Resistência, Xanana Gusmão.

10. Em Agosto de 1990, João Carrascalão que tinha permanecido em silêncio durante cerca de 14 (catorze) longos anos aparece para dividir a UDT tentando destruir as estruturas do Partido que funcionaram e funcionam ininterruptamente desde a invasão indonésia, designadamente a Comissão Política Nacional da UDT, criando para o efeito uma "Comissão Ad-hoc" ou "Delegação Regional" em 1992, facto amplamente por nós denunciado aos meios de comunicação social, aos Órgãos de soberania portugueses, Partidos políticos, aos PALOP e a muitas outras individualidades.

11. Em 1992, Mari Alkatiri começa a movimentar-se e assume-se como Chefe da Fretilin no exterior desafiando a autoridade do Chefe da Fretilin no exterior, Dr. Abílio Araújo.

12. Face a todos estes factos preocupantes para o futuro do povo timorense a Comissão Política Nacional da UDT alerta os responsáveis da TVI para deixem de dar cobertura a indivíduos responsáveis pela tragédia de Timor e que continuam, sem escrúpulos, a fomentar o divisionismo entre os timorenses com a finalidade de beneficiar os inimigos da causa timorense.

13. Neste momento, a tarefa de todos os nacionalistas timorenses, quer da UDT quer da Fretilin é consolidarem a CONVERGÊNCIA NACIONALISTA TIMORENSE através da criação de um SECRETARIADO PERMANENTE DA CONVERGÊNCIA que servirá de estrutura de apoio às actividades político-diplomáticas da mesma CONVERGÊNCIA.

14. Depois de consolidada a CONVERGÊNCIA NACIONALISTA TIMORENSE, então sim, poderá ser alargada a outras forças vivas da Comunidade timorense, assente nos seguintes princípios subscritos pela UDT e pela Fretilin em 1986 ao constituírem-se em CONVERGÊNCIA:

- a) Defesa intransigente do Direito do povo timorense à autodeterminação e independência;
- b) Reconhecimento de Portugal como potência administrante de Timor;
- c) Instauração em Timor de uma democracia parlamentar multipartidária de tipo ocidental.

Sede Prov. Rua Fernão Mendes Pinto, 29-A, Pedrouços, 1400 LISBOA, PORTUGAL

Tel. 952 2385



UDT

UNIÃO DEMOCRÁTICA TIMORENSE

COMISSÃO POLÍTICA NACIONAL

3

15. Qualquer manobra no sentido de inviabilizar ou enfraquecer a CONVERGENCIA NACIONALISTA TIMORENSE só beneficia unicamente a Indonésia e, nesse sentido, deve ser energeticamente repudiada e combatida.

Seguem, em anexo, alguns documentos.

Com os melhores cumprimentos,

Sede Nacional da UDT, em Lisboa, aos 10 de Abril de 1993.

Para a COMISSÃO POLITICA,

Vicente da Silva Guterres
PRESIDENTE